

VOLUME III

2.ª ALTERAÇÃO DO PDM DE VIMIOSO

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA
DISCUSSÃO PÚBLICA

CÂMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO



Ficha Técnica do Documento

Título:	Relatório de Ponderação da Discussão Pública
Descrição:	Documento apresenta a ponderação das participações recebidas durante o período de Discussão Pública da 2.ª alteração do Plano Diretor Municipal de Vimioso.
Data de produção:	6 de novembro de 2025
Data da última atualização:	16 de dezembro de 2025
Versão:	03
Desenvolvimento e produção:	GeoAtributo, C.I.P.O.T., Lda.
Coordenador de Projeto:	Ricardo Almendra Geógrafo – Desenvolvimento e Ambiente
Equipa técnica:	Beatriz Konstantinovas Arquiteta Urbanista Márcia Aroma Arquiteta Urbanista Célia Mendes Geógrafa Helena Corrêa Engenheira Agrónoma
Consultores:	Manuel Miranda Engenheiro Civil Elisa Bairrinho Arquiteta Paisagista
Código de documento:	150
Estado do documento	Para aprovação da Assembleia Municipal.
Código do Projeto:	011041101
Nome do ficheiro digital:	0411_relatorio_pond_dp_v3

ACRÓNIMOS

PDM	Plano Diretor Municipal
RAN	Reserva Agrícola Nacional
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

ÍNDICE

ACRÓNIMOS	3
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO	5
CAPÍTULO II - ABERTURA DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA	6
CAPÍTULO III - PUBLICITAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA.....	6
CAPÍTULO IV - MODALIDADE DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	15
CAPÍTULO V - METODOLOGIA ADOTADA NA ANÁLISE E PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES	19
1.1 Critérios gerais de avaliação	19
CAPÍTULO VI - RESULTADO	27
1.1 Alterações decorrentes da Discussão Pública	27
CAPÍTULO VIII - BIBLIOGRAFIA	28

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Publicitação do período de discussão pública no Diário da República	7
Figura 2: Publicitação em sítios de veiculação de notícias da internet – Jornal de Notícias.....	8
Figura 3: Publicitação em sítios de veiculação de notícias da internet – Jornal Nordeste	9
Figura 4: Publicitação na Câmara Municipal de Vimioso.....	10
Figura 5: Publicitação no sítio da internet da Câmara Municipal de Vimioso	11
Figura 6: Publicitação no sítio da internet da Câmara Municipal de Vimioso	12
Figura 7: Publicitação na Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial	13
Figura 8: Formulário de Participação da Discussão Pública	16

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Matriz de ponderação da Discussão Pública	21
---	----

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO

O documento que agora se apresenta corresponde ao Relatório de Ponderação da Discussão Pública da proposta de 2.ª alteração do Plano Diretor Municipal (PDM) de Vimioso, onde é apresentada a ponderação das participações efetuadas durante o período de Discussão Pública e a compilação das consequentes alterações introduzidas no Plano.

Nos termos da atual redação do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, em redação atual (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – RJIGT), *“todas as pessoas, singulares e coletivas, incluindo as associações representativas dos interesses ambientais, económicos, sociais e culturais, têm o direito de participar na elaboração, na alteração, na revisão, na execução e na avaliação dos programas e dos planos territoriais”* (n.º 1 do artigo 6.º).

Neste sentido, o direito de participação das pessoas (singulares e coletivas), compreende a possibilidade de formulação de sugestões e pedidos de esclarecimento no âmbito dos procedimentos previstos no decreto-lei referido.

O procedimento de 2.ª alteração ao PDM segue as regras estabelecidas para a sua elaboração, acompanhamento, concertação, aprovação e publicação previstos no n.º 2 do artigo 119.º do RJIGT. Isso significa que as normas sobre a discussão pública aplicáveis correspondem as previstas para os planos de pormenor e urbanização (art.º86 do mesmo diploma).

Em complemento ao referido, *“findo o período de Discussão Pública, a câmara municipal pondera e divulga os resultados, designadamente, através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e do respetivo sítio na Internet, e elabora a versão final da proposta de plano para aprovação”* (n.º 6 do artigo 89º do RJIGT). Sendo que, conforme a alínea e) do n.º 3 do artigo 97º, deve ser obrigatoriamente elaborado um relatório de ponderação das participações recebidas em sede de Discussão Pública.

Este documento apresenta os elementos da abertura do período de publicitação e os meios utilizados para a divulgação da Discussão Pública pelo município de Vimioso (capítulos I a IV); a metodologia adotada para realizar a análise das ponderações (capítulo V); e expõe sistematicamente as alterações decorrentes da Discussão Pública (capítulo VI a VIII).

CAPÍTULO II - ABERTURA DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA

A Câmara Municipal de Vimioso, conforme o previsto na atual redação do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (nos termos do artigo 89.º, em articulação com o artigo 119.º), tornou público, através do Aviso n.º 27086/2025/2, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 208, de 28 de outubro de 2025, a deliberação realizada em reunião ordinária de 10 de outubro de 2025, para dar início ao período de Discussão Pública da proposta da 2.ª alteração da 1ª revisão do PDM de Vimioso, com um prazo de 30 dias seguidos, com início no quinto dia útil posterior à publicação do Aviso acima referido.


CAPÍTULO III - PUBLICITAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA

Na atual redação do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, em redação atual (n.º 1 do artigo 89.º, em articulação com o artigo 119.º) refere-se que *“concluído o período de acompanhamento e, quando for o caso, decorrido o período adicional de concertação, a câmara municipal, procede à abertura de um período de discussão pública, através de aviso a publicar no Diário da República e a divulgar através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e do respetivo sítio na Internet, do qual consta o período de discussão pública e a forma como os interessados podem apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões (...)”*.

Assim, dando cumprimento ao disposto, a abertura do período de Discussão Pública e a forma de participação foram divulgadas nos seguintes modos:

- Publicação em Diário da República (Figura 1)
- Publicitação em sítios de veiculação de notícias da internet (Figura 2)
- Publicitação na Câmara Municipal de Vimioso (Figura 4)
- Publicitação no sítio da internet da Câmara Municipal de Vimioso (Figura 5)
- Publicitação na Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (Figura 7)

Figura 1: Publicitação do período de discussão pública no Diário da República

**DIÁRIO
DA REPÚBLICA**

2.ª série
N.º 208
28-10-2025

MUNICÍPIO DE VIMIOSO

Aviso n.º 27086/2025/2

Sumário: Abertura do período de discussão pública da 2.ª alteração da 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso.

Abertura do Período de discussão pública da 2.ª Alteração da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso

António dos Santos João Vaz, Presidente da Câmara Municipal de Vimioso, torna público que a Câmara Municipal de Vimioso na sua reunião ordinária de 10 de outubro de 2025 deliberou por unanimidade dar início ao período de discussão pública relativa à 2.ª alteração da 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso, na sequência do Aviso n.º 18469/2022 do *Diário da República*, 2.ª série de 23 de setembro, nos termos do artigo 89.º, em articulação com o artigo 119.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Também deliberou estabelecer o período de discussão pública de 30 dias seguidos a contar do 5.º dia da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*.

Os interessados podem consultar os documentos da proposta, na página da internet (<http://www.cm-vimioso.pt>) ou na Secção de Obras e Saneamento Básico da Câmara Municipal de Vimioso, todos os dias, durante o horário de 2.ª feira a domingo das 9h00 às 12h30 e das 13h30 às 17h, sita na Rua Dom António Ribeiro, S/N, 5230 -333 Vimioso.

Qualquer sugestão, informação ou observação deverá ser apresentada por escrito até ao termo do referido período, dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Vimioso, utilizando para o efeito o formulário próprio que pode ser obtido na Câmara Municipal ou na página da internet (<http://www.cm-vimioso.pt>), sendo que todas as participações deverão ser apresentadas por via postal para a Secção de Obras e Saneamento Básico da Câmara Municipal de Vimioso, ou por via eletrónica para o endereço reclamacoes@cm-vimioso.pt.

14 de outubro de 2025. — O Presidente da Câmara Municipal, António dos Santos João Vaz.

319655107

Fonte: *Diário da República*, 2025.

Figura 2: Publicitação em sítios de veiculação de notícias da internet – Jornal de Notícias

diversos avisos

CARTÓRIO NOTARIAL DO SEIXAL DA DR.ª MARIA DE FÁTIMA DA COSTA LOGRADO – RUA D. MANUEL I, 16-A, PAIVAS, AMORA, SEIXAL – Telefone 212 254 688
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura pública de justificação lavrada neste Cartório, em vinte e nove de outubro de dois mil e vinte e cinco, lavrada com início a folhas dezasseis e seguintes, do livro de notas para escrituras diversas número cento e cinquenta e cinco, a cota José António de Jesus Paulino, NIF 134 348 193, divorciado, natural da freguesia de Vimioso, concelho de Vila Real, residente na Rua Central, Quinta da S. José, Freg. de Foz, Santo António da Charneca, Barcelos, declarou que é o único e atual dono e legítimo possuidor, com exclusão de outros, do prédio urbano, com área de quarenta e nove metros e cinquenta e sete decímetros quadrados, sito na Rua dos Dois Concelhos, lote 100, Bairro da Liberdade, freguesia de Santo António da Charneca, concelho do Barcelos, que confronta do norte com lote 108, do sul com lote 110, do leste com Rua dos Dois Concelhos e do oeste com lotes 103 e 111, descrito na Conservatória do Registo Predial do Barcelos sob o número dois mil seiscientos e noventa e nove, inscrito no respetivo matriculo sob o artigo 4774.

Cerca do ano de mil novecentos e noventa e oito, o justificado adquiriu a António José de Sousa Cardoso de Oliveira e mulher e a Elisário Manuel Carancho e mulher, ambos indicados em perfil rístico, sito na freguesia de Polhais, concelho do Barcelos, descrito na Conservatória do Registo Predial do Barcelos sob o número 548.

Os ares indicados em causa deram origem ao prédio urbano acima identificado, descrito na Conservatória do Registo Predial do Barcelos sob o número 2699, prédio este de que os mencionados António José de Sousa Cardoso de Oliveira e mulher e Elisário Manuel Carancho e mulher, são os titulares inscritos.

Quando se procedeu à divisão de coisa comum daquele prédio rístico, os referidos ares indicados deram origem ao dito lote 109, e pelo facto de o requerente não ser titular inscrito do dito prédio rístico, o mesmo lote de terreno foi adjudicado a António José de Sousa Cardoso de Oliveira e mulher e a Elisário Manuel Carancho e mulher, que eram os titulares inscritos dos mencionados ares indicados.

Que, não obstante e em consequência, o seu invocado direito de propriedade sobre-lhe originariamente por aquisição, em virtude de, depois da venda o justificado exercer os poderes do facto inerentes ao direito de propriedade, portanto, não sempre com esse fim, sem interrupção, convicção de exercer o mencionado direito com exclusão de outros, à vista de todos e sem discussão, nem oposição de terceiros, sendo assim uma coisa pública, contínua, pacífica e de boa-fé.

Que, cada natureza da invocada título, não tem possibilidade de comprometer o seu direito pelos meios de transmissão normal, direito esse de propriedade que justifica pela presente escritura, para fins de registo predial.

Está conforme e original.

Cartório Notarial de Seixal, Paivas, da Dra. Maria de Fátima da Costa Logrado, aos 29 de outubro de 2025

A Notária
Maria de Fátima da Costa Logrado

Carta registada sob o número 383

CARTÓRIO NOTARIAL DO SEIXAL DA DR.ª MARIA DE FÁTIMA DA COSTA LOGRADO – RUA D. MANUEL I, 16-A, PAIVAS, AMORA, SEIXAL – Telefone 212 254 688
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura pública de justificação lavrada neste Cartório, em vinte e nove de outubro de dois mil e vinte e cinco, lavrada com início a folhas dezasseis e seguintes, do livro de notas para escrituras diversas número cento e cinquenta e cinco, a cota Maria Lúcia Gomes Castro, NIF 154 720 343, viúva, natural da freguesia de Calvão, concelho de Vila Real, residente na Rua Adorno Garcia de Oliveira, lote 108, Santa André, Barcelos, Maria José Gomes Castro, NIF 206 194 488, solteira, mãe, natural da freguesia de Calvão, concelho de Vila Real, residente na mesma supramencionada e Maria Gomes Castro, NIF 218 897 838, solteira, mãe, natural da Alameda, residente na Rua D. Afonso de Albuquerque, número 12, 2.º D, Quinta da Lumbra, Barcelos, declararam que são donos e legítimos possuidores, com exclusão de outros, do prédio urbano, com área de seiscientos e noventa e dois metros quadrados, sito na Rua do Cerro, terreno para a Rua dos Dois Concelhos, lote 106, Bairro da Liberdade, freguesia de Santo António da Charneca, concelho do Barcelos, que confronta do norte com Rua do Cerro, do sul com lotes 105 e 108, do leste com Rua dos Dois Concelhos e do oeste com Rua do Cerro, descrito na Conservatória do Registo Predial do Barcelos sob o número dois mil seiscientos e noventa e sete, inscrito no respetivo matriculo sob o artigo 4774.

Cerca do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, José António Castro Marinho, já falecido, e mulher, Maria Lúcia Gomes Castro, adquiriram a António José de Sousa Cardoso de Oliveira e mulher, Jacqueline Henri Fátima Cardoso de Oliveira e a Elisário Manuel Carancho e mulher, Dália Gertrudes Felicidade ares indicados do prédio rístico sito na freguesia de Polhais, concelho do Barcelos, descrito na Conservatória do Registo Predial do Barcelos sob o número quinhentos e quarenta e oito.

Per escritura de habitação de habitação outorgada no Segundo Cartório Notarial do Barcelos, foram eles justificados declarados únicos herdeiros do mencionado José António Castro Marinho.

Os ares indicados em causa deram origem ao dito prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial do Barcelos sob o número D05 MIL SEISCENTOS E NOVENA E SETE, prédio este de que os mencionados António José de Sousa Cardoso de Oliveira e mulher e Elisário Manuel Carancho e mulher são os titulares inscritos.

Quando se procedeu à divisão de coisa comum daquele prédio rístico, os referidos ares indicados deram origem ao indicado lote 106, e pelo facto de os justificados não possuírem título de aquisição, e consequentemente não serem titulares inscritos do dito prédio rístico, o mesmo lote de terreno foi adjudicado a António José de Sousa Cardoso de Oliveira e mulher e a Elisário Manuel Carancho e mulher, que eram os titulares inscritos dos mencionados ares indicados.

As ares justificados confirmaram, após o falecimento do mencionado José António Castro Marinho, a exercer a posse da referida parcela de terreno, pelo que, nos termos do artigo 1255.º do Código Civil, a aquisição de posse e dos ares, convicção de exercer o mencionado direito com exclusão de outros, à vista de todos e sem discussão, nem oposição de terceiros, sendo assim uma coisa pública, contínua, pacífica e de boa-fé.

Que cada natureza da invocada título não tem possibilidade de comprometer o seu direito pelos meios de transmissão normal, direito esse de propriedade que justifica pela presente escritura, para fins de registo predial.

Está conforme e original.

Cartório Notarial de Seixal, da Dra.ª Maria de Fátima da Costa Logrado, aos 29 de outubro de 2025

A Notária
Maria de Fátima da Costa Logrado

Carta registada sob o número 383



Num mundo de incertezas, esteja sempre do lado certo da informação.




ASSINATURA ANUAL DIGITAL

ANTES ~~49,90~~

AGORA **19,96€**

ASSINE JÁ



MUNICÍPIO DE VIMIOSO

Abertura do Período de discussão pública da 2.ª Alteração da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso

António dos Santos João Vaz, Presidente da Câmara Municipal de Vimioso, torna público que a Câmara Municipal de Vimioso, na sua reunião ordinária de 10 de outubro de 2025, deliberou por unanimidade dar início ao período de discussão pública relativa à 2.ª alteração da 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso, na sequência do Aviso n.º 18449/2022 do Diário da República, 2.ª Série, de 23 de setembro, nos termos do artigo 89.º, em articulação com o artigo 119.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Também deliberou estabelecer o período de discussão pública de 30 dias seguidos a contar do 5.º dia da publicação do aviso publicado na 2.ª Série do Diário da República. O referido prazo vai decorrer de 4 de novembro de 2025 a 3 de dezembro de 2025, nos termos do aviso n.º 27084/2025/2, de 28 de outubro de 2025, publicado no Diário da República n.º 208, 2.ª Série.

Os interessados podem consultar os documentos da proposta na página da Internet (<http://www.cm-vimioso.pt>) ou na Secção de Obras e Saneamento Básico da Câmara Municipal de Vimioso, todos os dias, durante o horário de segunda-feira a domingo, das 9 às 12.30 e das 13.30 às 17 horas, sito na Rua Dom António Ribeiro, S/N, 5230-333 Vimioso.

Qualquer sugestão, informação ou observação deverá ser apresentada por escrito até ao termo do referido período, dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Vimioso, utilizando para o efeito o formulário próprio, que pode ser obtido na Câmara Municipal ou na página da Internet (<http://www.cm-vimioso.pt>), sendo que todas as participações deverão ser apresentadas por via postal para a Secção de Obras e Saneamento Básico da Câmara Municipal de Vimioso ou por via eletrónica para o endereço reclamacoes@cm-vimioso.pt, por 8 de outubro de 2025.

O Presidente da Câmara Municipal
António dos Santos João Vaz

CENTRO COMUNITÁRIO DA VERA CRUZ

EDITAL CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea e) do artigo 38.º dos Estatutos do Centro Comunitário da Vera Cruz, convoco a Assembleia Geral para o dia 25 de novembro de 2025 (terça-feira), às 17 horas, na sede do Centro Comunitário, sito no Largo Nossa Senhora das Febres, n.º 9, 3800-232 Aveiro. Se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos associados com direito a voto, a Assembleia Geral reunir-se-á trinta minutos depois, com qualquer número de associados.

ORDEN DE TRABALHOS

- Análise, apreciação e votação do Plano de Atividades, Conta de Exploração Previsional, Orçamento de Investimentos e Desinvestimentos e Parecer do Conselho Fiscal para o ano civil de 2026.

CENTRO COMUNITÁRIO DA VERA CRUZ
3 de novembro de 2025
O Presidente da Assembleia Geral
Carlos Alberto Lacerda Pais

Publicidade


publicidadeclientes@noticiasilimitadas.pt

Fonte: Jornal de Notícias, 2025.

Figura 3: Publicitação em sítios de veiculação de notícias da internet – Jornal Nordeste

JORNAL NORDESTE – SEMANÁRIO REGIONAL DE INFORMAÇÃO
N.º 1512 DE 4 DE NOVEMBRO DE 2025

EDITAL



Município de Vimioso

Abertura do Período de discussão pública da 2ª Alteração da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso

António dos Santos João Vaz, Presidente da Câmara Municipal de Vimioso, torna público que a Câmara Municipal de Vimioso na sua reunião ordinária de 10 de outubro de 2025 deliberou por unanimidade dar início ao período de discussão pública relativa à 2ª alteração da 1ª revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso, na sequência do Aviso n.º 18469/2022 do Diário da República, 2.ª série de 23 de setembro, nos termos do artigo 89.º, em articulação com o artigo 119.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Também deliberou estabelecer o período de discussão pública de 30 dias seguidos a contar do 5º dia da publicação do aviso publicado na 2.ª série do Diário da República. O referido prazo vai decorrer de 04 de novembro de 2025 a 03 de dezembro de 2025, nos termos do aviso n.º 27086/2025/2 de 28 de outubro de 2025, publicado em Diário da República n.º 208, 2.ª série.

Os interessados podem consultar os documentos da proposta, na página da internet (<http://www.cm-vimioso.pt>) ou na Secção de Obras e Saneamento Básico da Câmara Municipal de Vimioso, todos os dias, durante o horário de 2ª feira a domingo das 9h00 às 12h30 e das 13h30 às 17h, sita na Rua Dom António Ribeiro, S/N, 5230-333 Vimioso.

Qualquer sugestão, informação ou observação deverá ser apresentada por escrito até ao termo do referido período, dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Vimioso, utilizando para o efeito o formulário próprio que pode ser obtido na Câmara Municipal ou na página da internet (<http://www.cm-vimioso.pt>), sendo que todas as participações deverão ser apresentadas por via postal para a Secção de Obras e Saneamento Básico da Câmara Municipal de Vimioso, ou por via eletrónica para o endereço reclamacoes@cm-vimioso.pt.

28 de outubro de 2025 — O Presidente da Câmara Municipal, António dos Santos João Vaz

Fonte: Jornal Nordeste, 2025.

Figura 4: Publicitação na Câmara Municipal de Vimioso



Fonte: Câmara Municipal de Vimioso, 2025.

Figura 5: Publicitação no sítio da internet da Câmara Municipal de Vimioso

Município

Viver

Visitar

Investir

Balcão Virtual

O Concelho

Comunicação

Notícias

Newsletter

Agenda de Eventos

Ação Social e Educação

Ambiente e Urbanismo

Cultura e Associativismo

Desporto

Juventude e Seniores

Proteção Civil e Floresta

Serviços Gerais

Abertura Período de Discussão Pública da 2ª Alteração da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso

2025/10/28

Município de Vimioso

Aviso

Abertura do Período de discussão pública da 2ª Alteração da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso

António dos Santos João Vaz, Presidente da Câmara Municipal de Vimioso, torna público que a Câmara Municipal de Vimioso na sua reunião ordinária de 10 de outubro de 2025 deliberou por unanimidade dar início ao período de discussão pública relativa à 2ª alteração da 1ª revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso, na sequência do Aviso n.º 18469/2022 do Diário da República, 2.ª série de 23 de setembro, nos termos do artigo 89.º, em articulação com o artigo 119.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

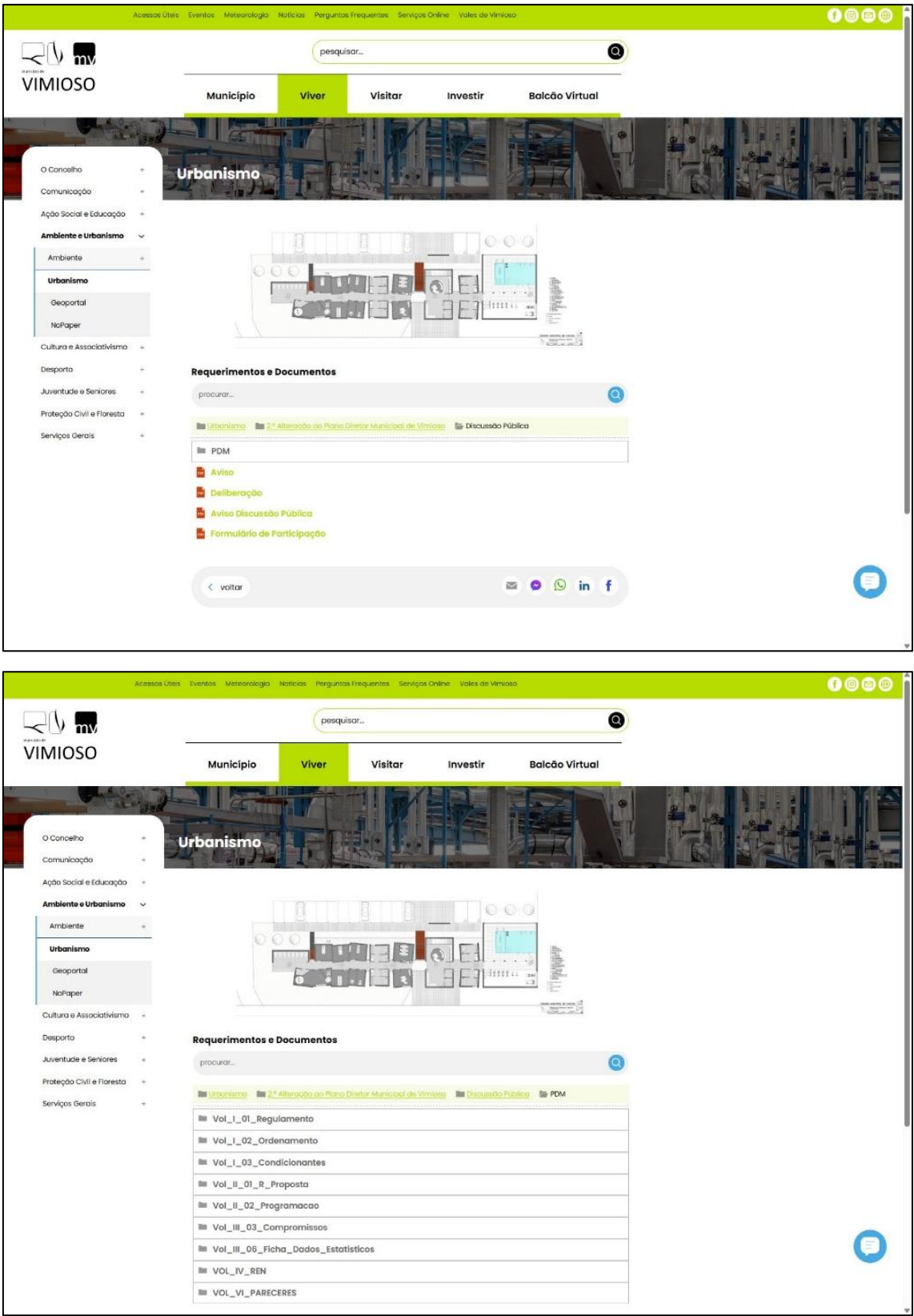
Também deliberou estabelecer o período de discussão pública de 30 dias seguidos a contar do 5º dia da publicação do aviso publicado na 2.ª série do Diário da República. O referido prazo vai decorrer de 04 de novembro de 2025 a 03 de dezembro de 2025, nos termos do aviso n.º 27086/2025/2 de 28 de outubro de 2025, publicado em Diário da República n.º 208, 2.ª série.

Os interessados podem consultar os documentos da proposta, na página da internet (<http://www.cm-vimioso.pt>) ou na Secção de Obras e Saneamento Básico da Câmara Municipal de Vimioso, todos os dias, durante o horário de 2ª feira a domingo das 9h00 às 12h30 e das 13h30 às 17h, sita na Rua Dom António Ribeiro, S/N, 5230-333 Vimioso.

Qualquer sugestão, informação ou observação deverá ser apresentada por escrito até ao termo do referido período, dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Vimioso, utilizando para o efeito o formulário próprio que pode ser obtido na Câmara Municipal ou na página da internet (<http://www.cm-vimioso.pt>), sendo que todas as participações deverão ser apresentadas por via postal para a Secção de Obras e Saneamento Básico da Câmara Municipal de Vimioso, ou por via eletrónica para o endereço reclamacoes@cm-vimioso.pt.

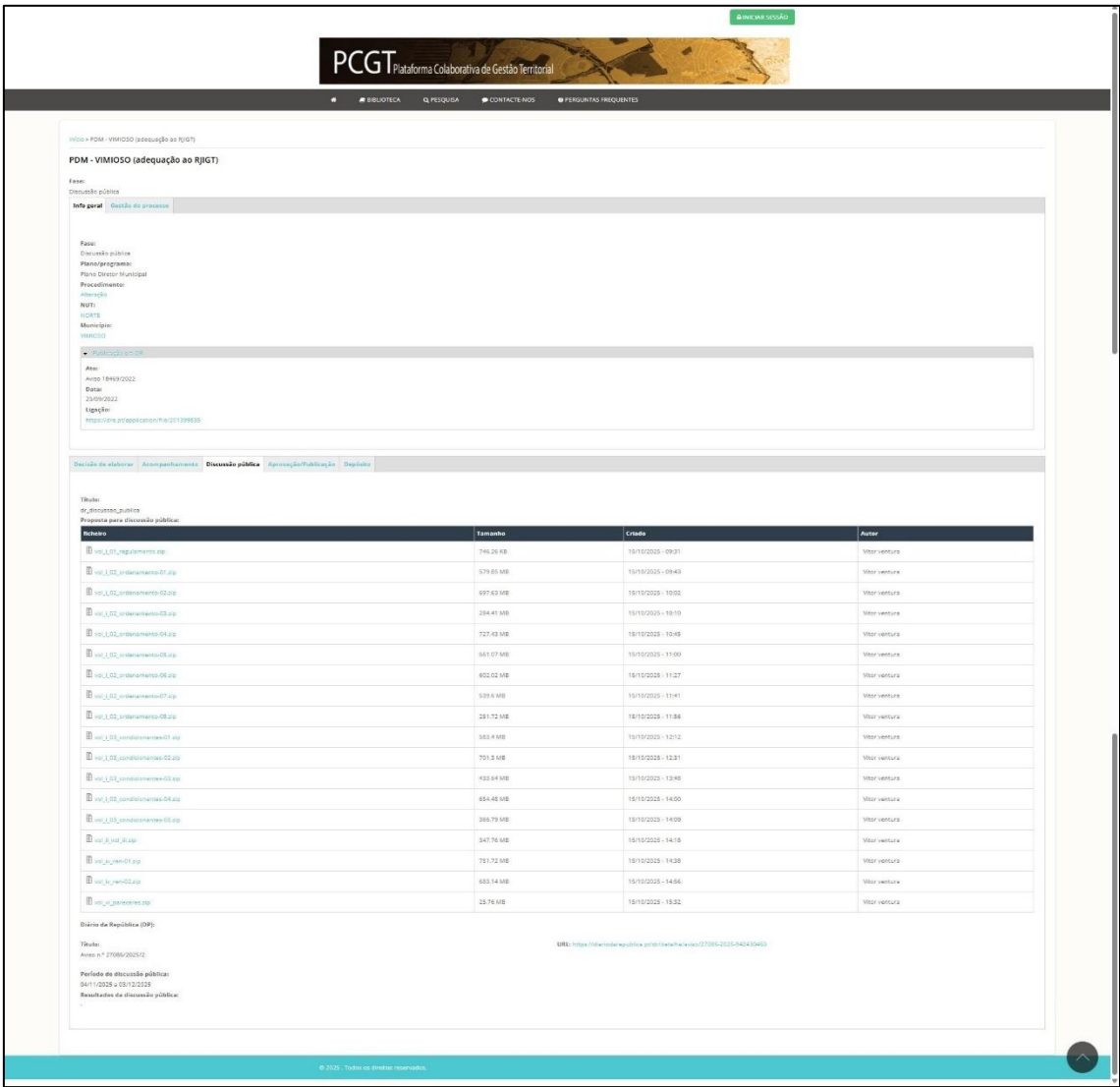
28 de outubro de 2025 — O Presidente da Câmara Municipal, António dos Santos João Vaz

Figura 6: Publicitação no sítio da internet da Câmara Municipal de Vimioso



Fonte: Câmara Municipal de Vimioso, 2025.

Figura 7: Publicitação na Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial



Fonte: Câmara Municipal de Vimioso, 2025.

Durante a Discussão Pública, os documentos disponibilizados foram:

VOL I – Elementos que constituem o Plano

- Regulamento;
- Plantas de Ordenamento;
- Plantas de Condicionantes;

VOL II – Elementos que acompanham o Plano

- Relatório de Fundamentação da Proposta;
- Programa de Execução;

- Plano de Financiamento;
- Planta de Programação;

VOL III – Elementos que complementam o Plano

- Planta e Relatório de Compromissos Urbanísticos;
- Ficha de Dados Estatísticos.

VOL IV – Documento Autónomos

- Transposição da Reserva Ecológica Nacional

VOL VI – Ponderação dos Pareceres

- Relatório de ponderação dos pareceres das entidades da Conferência Procedimental.

Os referidos elementos puderam ser consultados diretamente:


- No sítio da internet da Câmara Municipal de Vimioso (Figura 5);
- No sítio da internet da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (Figura 7)
- Presencialmente na Câmara Municipal, durante o horário normal de expediente;
- Na Secção de Obras e Saneamento Básico da Câmara Municipal de Vimioso, em formato impresso, todos os dias, incluindo sábados, domingos e feriados.

CAPÍTULO IV - MODALIDADE DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

As reclamações, observações ou sugestões de interessados sobre o conteúdo da 2ª alteração da 1.ª revisão do PDM de Vimioso puderam ser formuladas por escrito em impresso próprio disponibilizado no sítio da internet da Câmara Municipal de Vimioso conforme o link: https://www.cm-vimioso.pt/cmvimioso/uploads/document/file/4090/formulario_de_participacao.pdf (Figura 8).

Assim como, por escrito em impresso próprio disponibilizado presencialmente na Câmara Municipal de Vimioso, na Secção de Obras e Saneamento Básico da Câmara Municipal de Vimioso, todos os dias (até ao termo referido período), durante o horário de 2.ª feira a domingo das 9h00 às 12h30 e das 13h30 às 17h.

Figura 8: Formulário de Participação da Discussão Pública



VIMIOSO

DISCUSSÃO PÚBLICA DA 2ª ALTERAÇÃO DA 1ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VIMIOSO (nos termos do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na versão atualizada do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial)

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vimioso

1 – Dados do requerente (preenchimento obrigatório)

Nome

Residente/Sede em

Freguesia Concelho

Código Postal Localidade

Contribuinte nº Cartão de Cidadão/BI nº

Email Contacto (tel.fixo/telem.)

Na qualidade de:

☐ Proprietário
 ☐ Investidor
 ☐ Técnico
 ☐ Outro

2 – Participação (selecione o(s) motivo(s) da participação)

☐ Observação
 ☐ Sugestão
 ☐ Reclamação

A presente participação incide sobre:

☐ Regulamento
 ☐ Planta de Ordenamento
 ☐ Planta de Condicionantes

Outro(a). Qual?

Poderá apresentar os seguintes documentos:

☐ 1- Comprovativo da titularidade ou procuração com poderes para o efeito, se aplicável
☐ 2- Planta ou fotografia aérea com a delimitação do terreno
☐ 3- Coordenadas GPS
☐ 4- Outros documentos que o interessado considere relevantes

3 – Local (preenchimento obrigatório)

Rua

Freguesia

MUNICIPIO DE VIMIOSO | NIF: 506627888
Praça Eduardo Coelho, 5230-315 Vimioso | Telef: (+351) 273 518 120 | e-mail: gi.cmv@cm-vimioso.pt | www.cm-vimioso.pt

Página 1 de 3



Já participou no âmbito desta revisão do PDM (participação preventiva)?

Sim ☐ Não ☐

Apresentou pedido de licenciamento / comum. prévia / Informação prévia sobre o mesmo local?

Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>
-----	--------------------------	-----	--------------------------

Se sim, indique o nº do processo

Nome do requerente

Descrição (se a participação se referir a uma localização concreta é indispensável anexar planta de localização)

Nota 1: se necessitar de mais espaço para a sua exposição, queira por favor anexar outras folhas devidamente numeradas, podendo igualmente anexar outros documentos que considere pertinentes para a sua fundamentação.



DISCUSSÃO PÚBLICA DA 2ª ALTERAÇÃO DA 1ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VIMIOSO (nos termos do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na versão atualizada do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial)

5 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Os dados pessoais recolhidos e facultados para tratamento do Município são os exclusivamente necessários, para a tramitação interna do processo.

O tratamento de dados a cargo do Município de Vimioso será efetuado em conformidade com a legislação em matéria de proteção de dados que se encontre em vigor.

O requerente (titular dos dados) é informado do seguinte:

O responsável pelo tratamento é o Município de Vimioso, sito na Praça Eduardo Coelho 5230-315 Vimioso.

O Encarregado de proteção de Dados encontra-se na Praça Eduardo Coelho 5230-315 Vimioso e pode ser contactado pelo correio eletrónico rgpd@cm-vimioso.pt.

A finalidade do tratamento de dados é a gestão de processos urbanísticos, levados a cabo pelo Município de Vimioso.

O fundamento legal para o tratamento dos dados é o cumprimento de obrigação legal.

Os destinatários dos dados recolhidos serão os serviços municipais com competência para a análise e intervenção no objeto do pedido, de acordo com a orgânica municipal em vigor. Os dados apenas serão transmitidos a outras entidades para cumprimento de obrigações legais às quais a Autarquia de Vimioso se encontre obrigada.

A Conservação dos dados segue o aplicável ao tipo de dados e documentos em tratamento, nomeadamente o previsto na Portaria nº 412/2001 de 17 de abril - Regulamento Arquivístico para as Autarquias Locais ou outra, sempre que exista regulamentação específica.

Ao titular dos dados são garantidos o direito de acesso, de retificação, de apagamento, de portabilidade, de informação aquando de violação da segurança dos dados e de limitação e oposição ao tratamento dos dados recolhidos. Ao Titular dos dados é ainda reservado o direito de apresentar reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados, enquanto Autoridade de Controlo.

A documentação apresentada quando considerada como documentos administrativos encontra-se sujeita ao cumprimento da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto que regula o regime de acesso à informação administrativa.

Outras informações, respeitantes ao tratamento de dados, constam da Política de Privacidade do Município, disponível no website www.cm-vimioso.pt e pode ainda ser solicitada através do correio eletrónico rgpd@cm-vimioso.pt.

DATA E ASSINATURA

Pede deferimento,

Assinatura: _____

Data: _____

Nota 2: Pode enviar a participação pelas seguintes vias:

- Via postal para a Secção de Obras e Saneamento Básico da Câmara Municipal de Vimioso, Rua D. António Ribeiro, S/N, 5230 - 333 Vimioso;

- Via eletrónica para o endereço reclamacoes@cm-vimioso.pt

MUNICÍPIO DE VIMIOSO | NIF: 506627888

Praça Eduardo Coelho, 5230-315 Vimioso | Telef: (+351) 273 518 120 | e-mail: gi.cmv@cm-vimioso.pt | www.cm-vimioso.pt

Página 3 de 3

CAPÍTULO V - METODOLOGIA ADOTADA NA ANÁLISE E PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES

De acordo com a atual redação do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (n.ºs 3 a 5 do artigo 89º), a ponderação deve respeitar os seguintes aspetos:

“3 – A câmara municipal pondera as reclamações, as observações, as sugestões e os pedidos de esclarecimento, apresentados pelos particulares, ficando obrigada a resposta fundamentada perante aqueles que invoquem, designadamente:

a) A desconformidade ou incompatibilidade com programas e planos territoriais e com projetos que devem ser ponderados em fase de elaboração;

b) A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis;

c) A lesão de direitos subjetivos.

4 – A resposta referida no número anterior é comunicada por escrito aos interessados, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 83/95, de 31 de agosto.

5 – Sempre que necessário ou conveniente, a câmara municipal promove o esclarecimento direto aos interessados, quer através dos próprios técnicos, quer através do recurso a técnicos da administração direta ou indireta do Estado e das regiões autónomas.”.

A 2ª alteração da 1.ª revisão do PDM de Vimioso decorreu de 4 de novembro a 3 de dezembro de 2025. Após a sua conclusão, o processo de análise e ponderação das participações recebidas adotará como primeiro passo, a sistematização das informações apresentadas nas mesmas, de forma a agrupar, sempre que possível, as participações de cunho semelhante, seja pelo conteúdo da participação ou pela situação inerente da área abordada, para possibilitar uma ponderação eficiente e equitativa.

1.1 CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO

As participações serão analisadas individualmente, sendo avaliado o seu enquadramento nos princípios e estratégias da 2ª alteração da 1.ª revisão do PDM de Vimioso. Na matriz de ponderação são estruturados os critérios gerais de avaliação dos casos, cujo resultado, poderá ser, genericamente:

- **Aceite pelo Município**
 - Inclusão ou acerto de cadastro em áreas edificáveis em solo urbano e solo rústico, sempre que cumpram com os critérios do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto e, cumulativamente, não incidam em nenhuma condicionante legalmente instituída;

- A alteração das áreas edificáveis em solo urbano e solo rústico, sempre que exposta inconformidade de aplicação dos critérios de classificação e qualificação do solo;
- Compromisso urbanístico válido que não incidam em nenhuma condicionante legalmente instituída.
- **Não aceite pelo Município**
 - Inclusão, alteração ou acerto de cadastro em áreas edificáveis em solo urbano e solo rústico, para áreas que não cumprem com os critérios pelo Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto;
 - Inclusão, alteração ou acerto de cadastro em áreas edificáveis em solo urbano e solo rústico que incidam em condicionante legalmente instituída.

Considerando que, por princípio, a 2ª alteração da 1.ª revisão do PDM de Vimioso não prevê alterações ou exclusões as condicionantes de RAN e REN, visto que tal extrapolaria o âmbito restrito do seu procedimento. O Município não irá submeter à análise de entidade de tutela solicitações para este efeito.

A ponderação será baseada na matriz de ponderação da Discussão Pública, apresentada a seguir.

Quadro 1: Matriz de ponderação da Discussão Pública

DADOS DA PARTICIPAÇÃO			CONDICIONANTES	CRITÉRIOS		RESPOSTA FINAL
OBJETIVO	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	TIPO DE REQUISIÇÃO	RESPOSTA 1	RESPOSTA 2	RESPOSTA 3	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
Apreciação crítica; Reclamação; Sugestão.	Incidência territorial - Alteração na classificação do solo	Inclusão em áreas edificáveis - solo urbano	Sem Condicionantes	Cumprir os critérios do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19/08 [1]	Não aplicável	Aceite pelo Município
				Cumprir parcialmente os critérios do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19/08 [1]	Por se enquadrar na frente de construção média (50m)	Aceite parcialmente pelo Município
					Por se enquadrar na frente de construção média da envolvente	
					Por ter continuidade com o aglomerado	
					Por ser servida de infraestruturas ou com programação das que estão em falta	
					Por ter acesso por via habilitante	
					Por ser designada para a edificação de compromisso válido	
			Com condicionantes	Não cumprir os critérios do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19/08 [1]	Por não estar total ou parcialmente urbanizada ou edificada	Não aceite pelo Município
					Por não ter continuidade com o aglomerado	
					Por não ser servida de infraestruturas completas ou qualquer programação das que estão em falta	
					Por não se enquadrar na frente de construção média (50m) e/ou na construção média da envolvente (segunda fila de implantação)	
					Por não ter acesso por via habilitante	
			Com condicionantes	Cumprir os critérios do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19/08 [1]	Não aplicável	Não aceite pelo Município por extrapolar o âmbito da alteração do PDM [7]
				Área cumprir parcialmente os critérios do Decreto Regulamentar	Por integrar a frente de construção média (50m)	Não aceite pelo Município por extrapolar o âmbito da alteração

DADOS DA PARTICIPAÇÃO			CONDIONANTES	CRITÉRIOS		RESPOSTA FINAL
OBJETIVO	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	TIPO DE REQUISIÇÃO	RESPOSTA 1	RESPOSTA 2	RESPOSTA 3	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
				n.º 15/2015, de 19/08 [1]	Aceite parcialmente a frente de construção média da envolvente	do PDM [7]
					Por ter continuidade com o aglomerado	
					Por ser servida de infraestruturas ou com programação das que estão em falta	
					Por ter acesso por via habilitante	
					Por ser designada para a edificação de compromisso válido	
		Exclusão de áreas edificáveis	Não aplicável	Não cumpre os critérios do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19/08 [1]	Por não estar total ou parcialmente urbanizada ou edificada	Não aceite pelo Município por extrapolar o âmbito da alteração do PDM [7]
					Por não ter continuidade com o aglomerado	
					Por não ser servida de infraestruturas completas ou qualquer programação das que estão em falta	
					Por não se enquadrar na frente de construção média (50m) e/ou na construção média da envolvente (segunda fila de implantação)	
					Por não ter acesso por via habilitante	
			Não aplicável	Avaliação casuística	Não aplicável	Aceite pelo Município
						Aceite parcialmente pelo Município
						Não aceite pelo Município
			Não aplicável	Atividade na área não compatível com qualificação do solo proposta, sendo atividade pré-existente e qualificação do solo diferente do PDM em vigor	Não aplicável	Aceite pelo Município
				Atividade na área não compatível com qualificação do solo proposta, sendo atividade pré-	Não aplicável	Não aceite pelo Município

DADOS DA PARTICIPAÇÃO			CONDIONANTES	CRITÉRIOS		RESPOSTA FINAL
OBJETIVO	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	TIPO DE REQUISIÇÃO	RESPOSTA 1	RESPOSTA 2	RESPOSTA 3	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
				existente e qualificação do solo igual do PDM em vigor		
				Atividade na área não compatível com qualificação do solo proposta, não sendo atividade pré existente		
				Atividade compatível com qualificação do solo proposta, portanto sem necessidade de exclusão de área edificável		
		Acerto de cadastro [2] - solo urbano/solo rústico	Sem Condicionantes	Área cumpre critério de relevância urbanística [3]	Não aplicável	Aceite pelo Município
				Área não cumpre critério de relevância urbanística [3]	Não aplicável	Não aceite pelo Município
			Com condicionantes	Área cumpre critério de relevância urbanística [3]	Não aplicável	Não aceite pelo Município por extrapolar o âmbito da alteração do PDM [7]
				Área não cumpre critério de relevância urbanística [3]	Não aplicável	
		Identificação de novo aglomerado - solo urbano/solo rústico	Sem Condicionantes	Cumpra os critérios para identificação como aglomerado [4]	Não aplicável	Aceite pelo Município
				Não cumpre os critérios para identificação como aglomerado [4]	Não aplicável	Não aceite pelo Município
			Com condicionantes	Cumpra os critérios para identificação como aglomerado [4]	Não aplicável	Não aceite pelo Município por extrapolar o âmbito da alteração do PDM [7]
				Não cumpre os critérios para identificação como aglomerado [4]	Não aplicável	
	Incidência territorial - Outros	Alteração de qualificação do solo - sem alterar a classificação do solo [5]	Avaliação casuística	Verificada inconformidade com os critérios adotados para a proposta de qualificação da área	Não aplicável	Aceite pelo Município
				Verificada inconformidade parcial com os critérios adotados para a proposta de qualificação da área	Não aplicável	Aceite parcialmente pelo Município
				Verificada necessidade de efetuar a restauração da legalidade urbanística da área	Não aplicável	Aceite pelo Município

DADOS DA PARTICIPAÇÃO			CONDIONANTES	CRITÉRIOS		RESPOSTA FINAL
OBJETIVO	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	TIPO DE REQUISICÃO	RESPOSTA 1	RESPOSTA 2	RESPOSTA 3	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
		Inclusão em áreas edificáveis - solo rústico	Sem Condicionantes	Não verificada inconformidade com os critérios adotados para a proposta de qualificação da área	Não aplicável	Não aceite pelo Município
				Cumprir os critérios do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19/08 [6]	Não aplicável	Aceite pelo Município
				Cumprir parcialmente os critérios do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19/08 [6]	Por ter continuidade com o aglomerado	Aceite parcialmente pelo Município
					Por integrar a frente de construção média (50m)	
					Aceite parcialmente a frente de construção média da envolvente	
					Por ter afetação a tipos de ocupação humana que não confirmam o estatuto de solo urbano (aglomerado rural e área de edificação dispersa)	
					Por ser designada para a edificação de compromisso válido	
			Com condicionantes	Não cumprir os critérios do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19/08 [6]	Por não ter continuidade com o aglomerado	Não aceite pelo Município
					Por não se enquadrar na frente de construção média (50m) e/ou na construção média da envolvente (segunda fila de implantação)	
					Por não se enquadrar nos usos compatíveis com afetação a tipos de ocupação humana que não confirmam o estatuto de solo urbano (aglomerado rural e área de edificação dispersa)	
					Por não se enquadrar nos usos compatíveis com afetação a tipos de ocupação humana que não confirmam o estatuto de solo urbano (aglomerado rural e área de edificação dispersa)	
			Com condicionantes	Cumprir os critérios do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19/08 [6]	Não aplicável	Não aceite pelo Município por extrapolar o âmbito da alteração do PDM [7]
				Área cumprir parcialmente os critérios do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19/08 [6]	Por ter continuidade com o aglomerado	Não aceite pelo Município por extrapolar o âmbito da alteração do PDM [7]
					Por integrar a frente de construção média (50m)	

DADOS DA PARTICIPAÇÃO			CONDIONANTES	CRITÉRIOS		RESPOSTA FINAL	
OBJETIVO	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	TIPO DE REQUISIÇÃO	RESPOSTA 1	RESPOSTA 2	RESPOSTA 3	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	
					Aceite parcialmente a frente de construção média da envolvente		
					Por ter afetação a tipos de ocupação humana que não confirmam o estatuto de solo urbano (aglomerado rural e área de edificação dispersa)		
					Por ser designada para a edificação de compromisso válido		
				Não cumpre os critérios do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19/08 [6]	Por não ter continuidade com o aglomerado	Não aceite pelo Município por extrapolar o âmbito da alteração do PDM [7]	
					Por não se enquadrar na frente de construção média (50m) e/ou na construção média da envolvente (segunda fila de implantação)		
					Por não se enquadrar nos usos compatíveis com afetação a tipos de ocupação humana que não confirmam o estatuto de solo urbano (aglomerado rural e área de edificação dispersa)		
		Inclusão em espaços destinados a equipamentos	Sem Condicionantes	Área relevante e de interesse público	Não aplicável	Aceite pelo Município	
				Área sem dimensão relevante ou sem interesse público	Não aplicável	Não aceite pelo Município	
			Com condicionantes	Área relevante e de interesse público	Não aplicável	Não aceite pelo Município por extrapolar o âmbito da alteração do PDM [7]	
				Área sem dimensão relevante ou sem interesse público	Não aplicável		
		Criação de UE/UOPG	Avaliação casuística				
		Ampliação de UE/UOPG	Avaliação casuística				
		Exclusão de UE/UOPG	Avaliação casuística				
		Existência de compromisso urbanístico válido	Sem Condicionantes	Não aplicável	Não aplicável	Aceite	
			Com condicionantes	Não aplicável	Não aplicável	Não aceite pelo Município por extrapolar o âmbito da alteração do PDM [7]	

DADOS DA PARTICIPAÇÃO			CONDIONANTES	CRITÉRIOS		RESPOSTA FINAL
OBJETIVO	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	TIPO DE REQUISIÇÃO	RESPOSTA 1	RESPOSTA 2	RESPOSTA 3	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
	Incidência regulamentar	Outros	Avaliação casuística			
		Alterações	Avaliação casuística			
		Outros				
	Incidência em outras peças	Alterações	Avaliação casuística			
		Outros				

NOTAS

- [1] Critérios conforme estabelecido nos artigos 7º e 24º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19/08 e artigo 71º da Lei 80/2015, de 14/05 (redação atual).
- [2] Se considera como acerto de cadastro apenas para áreas ao longo de vias infraestruturadas/programadas e nunca para tardoz da via. Exceção: quando a frente de via não cumprir com a profundidade mínima adotada (50m).
- [3] Área mínima de relevância urbanística a partir de 50m², exceto em casos de loteamentos com alvará aprovado.
- [4] Critérios de delimitação para a classificação e qualificação do solo, bem como para constituição de aglomerado apresentados no relatório de fundamentação da proposta.
- [5] Apenas ponderado caso se verifique erro de aplicação dos critérios de qualificação do solo.
- [6] Critérios conforme estabelecido nos artigos 6º e 23º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19/08.
- [7] A 2.ª alteração do PDM de Vimioso visa eliminar as incompatibilidades legais do PDM em vigor com as regras de classificação e qualificação do solo, previstas no novo quadro jurídico. Não se prevê alterações ou exclusões as condicionantes de RAN e REN, visto que tal extrapolaria o âmbito restrito do seu procedimento.

CAPÍTULO VI - RESULTADO

Durante o período de Discussão Pública da 2ª alteração da 1.ª revisão do PDM de Vimioso **não foi rececionada qualquer participação ou reclamação** à proposta apresentada.

1.1 ALTERAÇÕES DECORRENTES DA DISCUSSÃO PÚBLICA

Considerando que **não foi rececionada qualquer participação ou reclamação** à proposta apresentada, não resultou nenhuma alteração à proposta decorrente da Discussão Pública.

CAPÍTULO VIII - BIBLIOGRAFIA

Legislação

Aviso n.º 27086/2025/2, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 208, de 28 de outubro de 2025 – Abertura do período de discussão pública da 2.ª alteração da 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso.

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (redação atual) - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Sítio da internet

Município de Vimioso – <https://www.cm-vimioso.pt/>

Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial – www.pcgt.dgterritorio.gov.pt/

Diário da República – <https://diariodarepublica.pt/dr/home>